

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CECH (CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS)  
DCSo (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS)

KAUANY TAVARES DE OLIVEIRA

MANDATOS COLETIVOS E PROMESSAS DE CAMPANHA, COMO ESSE NOVO  
FORMATO DE ORGANIZAÇÃO REPRESENTA SEUS ELEITORES:  
A experiência da Bancada Feminista do PSOL

SÃO CARLOS – SP

2023

KAUANY TAVARES DE OLIVEIRA

MANDATOS COLETIVOS E PROMESSAS DE CAMPANHA, COMO ESSE NOVO  
FORMATO DE ORGANIZAÇÃO REPRESENTA SEUS ELEITORES:

A experiência da Bancada Feminista do PSOL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da  
Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Sociais com ênfase em Ciência Política.

Orientadora: Simone Diniz

SÃO CARLOS

2023

## RESUMO

O número de Candidaturas Coletivas se multiplicou nas últimas eleições e, embora este formato não seja novo no Brasil, o aumento deste tipo de candidatura indica para uma área de pesquisa ainda pouco explorada. Um levantamento das candidaturas coletivas no Brasil feito em 2019 pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), define: “Os ‘mandatos coletivos e compartilhados’ são uma forma de exercício de mandato legislativo em que o representante eleito se compromete a dividir o poder com um grupo de cidadãos.” Este estudo ainda destaca que o formato de candidatura compartilhada surge para aumentar a representação, em meio a um cenário de crise. Neste trabalho debato se os Mandatos Coletivos realmente trazem mais representação. **Materiais e métodos:** O método utilizado é o estudo de saliência temática de um mandato coletivo eleito para a Câmara dos Vereadores de São Paulo: A Bancada Feminista. Foram coletados dados referentes a promessas de campanha das redes sociais do Mandato, já os dados sobre atividade parlamentar foram obtidos do site na Câmara. Utilizei análise de conteúdo para classificar as sentenças e o “Manifesto Research on Political Representation” (MARPOR) serviu como livro de códigos. **Resultados esperados:** Espera-se encontrar uma predominância de temas feministas. Em estudos sobre promessas de campanha, apenas uma pequena parcela é cumprida, esta tendência pode se manter ao analisar os dados, isso não interfere nos objetivos desta pesquisa. **Discussão:** Cumprir as promessas de campanha não implica em representação, quando os eleitores escolhem um candidato, não impõe sobre este a obrigação de levar adiante seu programa. A representação ocorre quando os interesses do candidato e dos eleitores convergem para os mesmos temas, para isso é importante que o representante se mantenha próximo de quem o elegeu. Ao mudar o formato de representação, e torná-lo mais aberto e horizontal, as candidaturas coletivas tentam aproximar o debate político das minorias, procurando assim, aumentar a representação destas. Esta pesquisa quer observar os resultados desta mudança e questionar o papel dos Mandatos Coletivos na representação especial de minorias.

**Palavras-chave:** Representação. Mandatos Coletivos. Promessas de Campanha.

## ABSTRACT

The number of Collective Candidacies has been increasing in the last elections and, even though this format is not new in Brazil, the increase of this type of candidacy indicates towards a new field in political studies yet to be explored. In 2019, data about collective candidacies was collected, the result of it was the document made by the organization “Rede de Ação Política pela Sustentabilidade” (RAPS), defines these candidacies as: “The Collective and Shared mandates are a way to exert the legislative mandate, in which the elected representative commits with sharing the power with a group of citizens.” This document highlights that the format of shared candidacy arises from a scenery of crises in representation. In this piece of work is debated whether Collective Mandates are more representative? Through the study of salience of one collective mandate: The “Bancada Feminista” elected for the legislature in São Paulo city. **Materials and methods:** The collected data about campaign promises was taken from the candidacy social media, the data about legislative activity was collected from the official site of São Paulo legislative council. Text analysis method was utilized to categorize the sentences and The Manifesto Research on Political Representation (MARPOR) was used as codebook. **Expected results:** It was expected to see an abundance of themes related to women’s rights. In the field of study about campaign promises, it’s a common pattern to see very few promises being fulfilled, this is expected in this search as well. **Discussion:** To fulfill the promises does not implicate in more representation, when electors choose a candidate, they do not force them to carry on with all their promises. Representation happens when candidate’ and electors’ interests converge, that’s why it’s important to keep the relation between both very close. By changing the format of representation, collective candidacies try to bring electors and representatives close together, and, with this, increase representation. This research is meant to observe the results of these changes and question the role Collective Mandates are playing in the special representation of minorities.

**Keywords:** Representation. Campaign promises. Collective Mandates.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Porcentagem das promessas Verificáveis e Retóricas	24
Imagem 1 – Nuvem de palavras	26
Gráfico 2 – Distribuição das promessas por temas	27
Gráfico 3 – Promessas de campanha distribuídas pela forma que foram cumpridas	29
Imagem 2 – Teste de confiabilidade referente a codificação de promessas usando o MARPOR como livro de códigos	40
Imagem 3 - Teste de confiabilidade referente a codificação das leis usando o MARPOR como livro de códigos	40
Imagem 4 – Teste de confiabilidade referente a separação entre promessas retóricas e verificáveis	41

## LISTA DE ABREVIATURAS:

Alesp – Assembleia Legislativa de São Paulo.

Iramuteq – IRaMuTeQ é um acrônimo de Interface de R pour les Anlyses

Multidimensionnelles de Textes et Questionnaires. É software ligado ao R que realiza análises de texto.

MARPOR – Manifesto Research on Political Representation, um livro de códigos para análise de saliência temática partidária

PL – Projeto de Lei.

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade é uma organização apartidária criada em 2012.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 RETOMADA DA LITERATURA PRODUZIDA	9
1.2 OBJETIVOS	11
1.3 COMO FOI OPERACIONALIZADA A PESQUISA	11
2. PARTICIPAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E MANDATOS COLETIVOS	12
2.1 A BANCADA FEMINISTA	14
3. CRISE DE REPRESENTAÇÃO	16
3.1 REPRESENTAÇÃO ESPECIAL DE MINORIAS	17
4. METODOLOGIA E O ESTUDO DAS PROMESSAS DE CAMPANHA	20
4.1 PROGRAMAS INFORMATIVOS	20
4.2 COLETA DE DADOS	21
4.3 CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS	21
5. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7. CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
APÊNDICE	37
ANEXO 1	40
ANEXO 2	42

## 1. INTRODUÇÃO

Nas eleições municipais de 2020, foi eleita, com 46.242 votos, a Bancada Feminista. Composta por cinco mulheres: Silvia Ferraro, Paula Nunes, Carolina Iara, Dafne Sena e Natália Chaves. Esta Bancada se identificava como um mandato coletivo, ou nas palavras das co-vereadoras “Uma Mandata”.

Durante a campanha eleitoral de 2020, Silvia Ferraro, co-vereadora da Bancada Feminista menciona: “Feminismo é coletividade, é diversidade, por tudo isso eu, Paula, Carol, Dafne e Natália estamos construindo a pré-candidatura Bancada Feminista do PSOL.” (2020). Em outro momento ela diz: “Tem um lema do feminismo que é: a gente anda melhor quando a gente anda juntas. É muito mais gostoso, faz muito mais sentido, tem muito mais significado (...)” (2020). Para Silvia, a escolha por uma candidatura coletiva conversa com a experiência de ser uma ativista do movimento feminista. A Bancada Feminista enxerga na Candidatura Coletiva, a possibilidade de trazer mais representatividade para a política.

O interesse neste tema surge ao observar um crescente número de candidaturas coletivas e a inclusão de minorias nos espaços de debate. Existe uma certa lacuna sobre estudos dos Mandatos Coletivos no Brasil, por ser uma iniciativa que só recentemente ganhou repercussão. Por esta razão, este trabalho busca se inserir nesta área apresentando um estudo de caso focado nas promessas de campanha.

Segundo o documento “Mandatos Coletivos e Compartilhados: Desafios e possibilidades para a representação legislativa no séc XXI” (RAPS, 2019), os mandatos coletivos são: “(...) uma forma de exercício de mandato legislativo em que o representante eleito se compromete a dividir o poder com um grupo de cidadãos” (p.15). O Mandato coletivo, formato adotado pela Bancada Feminista, é um dos tipos de candidatura coletiva encontrados no Brasil. Neste formato, os integrantes dividem entre si as funções do mandato e debatem as decisões e projetos que serão encaminhados. Nas eleições municipais de 2020, dois mandatos coletivos foram eleitos para a Câmara dos Vereadores da cidade de São Paulo: a Bancada Feminista e o Quilombo Periférico, ambos eleitos pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Mandatos coletivos no Brasil existem desde 1994, (Silva Secchi e Cavalheiro, 2021) de lá para cá foram mapeadas 423 candidaturas, que resultaram em 54 mandatos coletivos eleitos. Essas candidaturas concorreram por diversos partidos, com os mais distintos posicionamentos. Embora a experiência não seja nova no Brasil, o número de candidaturas coletivas aumentou muito nas últimas eleições, principalmente para o legislativo. A razão para este aumento,

segundo a literatura (RAPS, 2019. Silva, Secchi e Cavalheiro, 2021), é a busca por inovações políticas capazes de mudar a relação entre representantes e eleitores.

Este trabalho busca debater sobre a crise de representação e o papel dos Mandatos Coletivos na representação especial de grupos subrepresentados. Esse questionamento passa por outro: seriam os Mandatos Coletivos a solução para a crise de representação? Para esta última questão, formulo um capítulo onde contextualizo o debate e a resposta se desvela ao longo da pesquisa.

No decorrer da pesquisa, analiso as promessas de campanha da Bancada Feminista, um mandato coletivo eleito para o legislativo de São Paulo, em busca de seus temas principais. Analiso também os temas de seus projetos legislativos para entender como o compromisso com a representação de grupos subrepresentados se mantém após as eleições. Entendo que o cumprimento das promessas de campanha não indica que um mandato é representativo. A literatura deixa claro que os governantes em geral não se preocupam muito com desvios de mandato: “Os eleitores podem não gostar de governantes que traem suas promessas, mas não punirão os políticos que beneficiarem os eleitores mediante desvios de mandato” (Manin, Przeworski e Stokes (2006 p.12). Porém parto do pressuposto que, para Mandatos Coletivos, corresponder às expectativas de seu eleitorado é parte importante de sua atuação.

## 1.1 RETOMADA DA LITERATURA PRODUZIDA

Artigos produzidos a partir da experiência de outras candidaturas coletivas recentes<sup>1</sup>, como a Bancada Ativista, um mandato coletivo eleito para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), indicam um posicionamento em comum entre Mandatos: Os co-vereadores dos Mandatos identificam a existência de uma crise de representação associada ao modelo atual e sugerem que as candidaturas coletivas podem mudar esse cenário ao “hackear” o sistema. (Chaia, Chicarino e Segurado, 2019). O artigo de Silva, Secchi e Cavalheiro (2021), em especial, oferece um panorama geral dos Mandatos Coletivos eleitos até 2020. Neste trabalho busca-se apenas estudar a atuação de um único mandato, sem a pretensão que este represente a todos os mandatos coletivos.

A literatura mobilizada retoma a teoria das eleições, de um dos autores desta, Downs (2013), do qual tomo o argumento que os partidos formulam políticas para vencer as eleições e não o

---

<sup>1</sup> Capítulo “Mandato Coletivo: a candidatura da Bancada Ativista nas eleições de São Paulo (2018)” de Rosemary Segurado, Vera Chaia e Tathiana Chicarino traz trechos de entrevistas com as integrantes da Bancada Ativista e reconstitui a formação do Mandato Coletivo. Outro texto é o artigo “Participação social e pluralidade: mandatos coletivos como nova forma de fazer política” de Laura Cazarini Trotta, onde ela descreve algumas candidaturas coletivas recentes e aponta para outros trabalhos feitos sobre essas candidaturas estudadas.

contrário. Os partidos seriam responsáveis por organizar e apresentar temas ao eleitorado na forma de promessas e programas de governo. Mas como veremos nos próximos parágrafos, a democracia atualmente se distanciou do modelo de partido de massas e, com isso o papel dos partidos na formulação de promessas se enfraqueceu. O não cumprimento de promessas também está relacionado com esse cenário.

Existe um debate sobre os modelos de governos representativos atuais que questiona a ideia de crise de representação. O artigo “As Metamorfoses do Governo Representativo” de Manin (1995), por exemplo, coloca em dúvida a noção de crise e estuda os aspectos mais comuns dos governos representativos para conseguir esclarecer os pontos que são comumente apontados como reflexos da crise, dentre eles o personalismo, mencionado pela Bancada Feminista. Para Manin (1995), o personalismo é uma característica comum em democracias presidencialistas onde o chefe do Executivo é eleito por voto direto, essa identificação pessoal entre eleitores e candidato é inclusive usada pelos partidos nas campanhas, mas apenas indica um distanciamento entre os partidos e o eleitorado e não necessariamente entre representante e representado.

A crise de representação na verdade é um conjunto de fatores que distancia o eleitor do processo decisório. Autores como Young (2006) podem oferecer perspectivas sobre esse distanciamento. A autora alega, por exemplo que certas minorias se sentem desmotivadas a participar da política quando não se veem representadas nela.

Por outro lado, o acesso à informação e constante pressão por mudanças pode se tornar um ponto de inflexão de crises, e culminar no afastamento e desencanto de certa parcela da população. Todos esses aspectos constroem o cenário no qual a Bancada Feminista se insere.

Neste sentido, mandatos coletivos como a Bancada Feminista, são formas de ampliar a representação especial de minorias (Young, 2006) na política sem depender de mudanças vindas “de cima para baixo”. Durante a campanha, as integrantes do Mandato Coletivo se apresentam como um mandato que defende a inclusão de minorias na política e a representação destas através do mandato coletivo. A discussão sobre a pouca representação de minorias nos espaços de debate e os pormenores da representação especial de minorias também será abordada no trabalho utilizando os argumentos de Young sobre representação.

No Brasil o estudo das promessas ainda carece de mais representantes, dentre eles está Nara Salles e Fernando Guarnieri (2019) e Simone Diniz e Lucy Oliveira (2020), que focam seus estudos nas campanhas de candidatos a cargos do Executivo. Alguns debates foram adaptados para a realização desta pesquisa. A partir do estudo das promessas, busco encontrar quais temas

são mais caros ao Mandato Coletivo, que consideram decisivos para a disputa eleitoral e como se posicionam ante a temas que eram atuais.

## 1.2 OBJETIVOS

Com essa pesquisa, busco encontrar argumentos para justificar a importância de espaços de debate e representação de grupos minoritários na política através dos Mandatos Coletivos. Quero verificar se os interesses do Mandato Coletivo apresentados aos eleitores durante a campanha, convergem com os interesses perseguidos durante o mandato. Para isso analiso os temas mais frequentes na campanha e nos projetos de lei apresentados pelo Mandato.

Ao estudar os temas das promessas de campanha observo quais deles se relacionam com a ampliação de direitos das minorias e reflito como essas promessas dialogam com seus eleitores, grupos de interesse e partido. As promessas podem nos dizer muito sobre os interesses de um candidato, ou neste caso do Mandato. Por esta razão quero verificar quais interesses foram mais relevantes durante a eleição e se existem resquícios desses interesses na atuação parlamentar do Mandato.

Antes de separar as promessas por temas, verifico se as campanhas são informativas, ou seja, se existe alguma forma de analisar se a promessa pode resultar em ações concretas, como definido no seguinte trecho: "Assim, para que determinada afirmação ou sentença seja considerada uma promessa crível, é necessário que ela contenha a proposta de uma ação verificável." (Diniz & Oliveira, 2020, p.20).

Classifico também os projetos de lei em busca dos temas mais proeminentes, procuro também projetos de lei que cumpram, mesmo que parcialmente, as promessas feitas. Com essa comparação entre promessas e projetos de lei, pretendo observar se estes últimos remetem ao que foi prometido ou se com o cargo vieram novas demandas, e se essas afastam o Mandato Coletivo dos interesses manifestados durante a campanha e, conseqüentemente se afastam muito de seus eleitores.

## 1.3 COMO FOI OPERACIONALIZADA A PESQUISA

Para medir em que nível essas proposições foram cumpridas e os principais temas tratados propõe-se o estudo de saliência temática das promessas de campanha e das proposições legislativas da Bancada Feminista, de forma a determinar se este Mandato Coletivo conseguiu

agir sobre suas promessas de campanha ou, se ao serem eleitas, seus interesses e objetivos mudaram.

As promessas que nos informam sobre os objetivos do candidato ou partido precisam ser separadas das afirmações retóricas feitas durante a campanha. Para ser considerado informativo, ou seja, uma fonte de dados confiável, o conjunto de promessas deve ter um volume considerável de afirmações verificáveis (Manin, Prezeworski e Stokes, 2006). Uma promessa verificável apresenta projetos e objetivos que permite a checagem.

Quando Manin, Prezeworski e Stokes (2006) discutem sobre programas informativos, o programa em questão é de candidatos ao Executivo. Aqui este debate foi adaptado para um mandato legislativo. Após separar as promessas verificáveis e ver se o conjunto pode ser considerado informativo, a classificação foi submetida à verificação usando o método de “estabilidade<sup>2</sup>” para codificadores individuais. Depois será usado o livro de códigos do MARPOR<sup>3</sup> para classificar as promessas por tema. Os projetos legislativos também serão classificados por tema usando o mesmo livro.

O trabalho está dividido em: Uma seção para contextualização histórica das Candidaturas Coletivas no Brasil que trará as informações já levantadas em outros estudos sobre este modelo; outra seção será para discutir os dilemas da representação, onde serão debatidos argumentos que questionam a noção de crise e onde a representação de minorias se insere neste cenário; em seguida a metodologia, por último, uma análise descritiva dos dados e das considerações finais do trabalho.

## 2. PARTICIPAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E MANDATOS COLETIVOS

As democracias precisam se reinventar com certa frequência, pois passam por um processo de desgaste com as mudanças que acontecem na sociedade. Com efeito, esse desgaste se manifesta através da baixa participação, enfraquecimento dos partidos, distanciamento dos interesses entre os representantes e representados e perda de confiança nos políticos e nas instituições. (Schmitter, 2013 *apud* Silva, Secchi, Cavalheiro, 2021) Por isso o surgimento de inovações políticas é importante para ampliar a participação e aumentar a qualidade das democracias.

---

<sup>2</sup> Descrito no artigo “Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo” por Rafael Sampaio e Diógenes Lycarião.

<sup>3</sup> Marpor ou *The Manifesto Research on Political Representation* é uma iniciativa criada pelo *Manifesto Research Group* (MRG) no final dos anos 70 e início dos anos 80. O objetivo é oferecer categorias para estudos comparativos de Programas Políticos.

Quando falamos em qualidade da democracia pensamos em Dahl (2012), onde a participação e contestação formam eixos num plano onde quanto maior os valores, melhor a democracia. Inovações políticas capazes de aumentar a participação vêm sendo empregadas no Brasil e no mundo, plebiscitos, orçamento participativo e deliberação pública são algumas delas. Mas no Legislativo brasileiro ainda são poucas as iniciativas, neste contexto surgem os Mandatos Coletivos.

Os Mandatos Coletivos surgem num momento em que as democracias veem uma demanda crescente por inserção e inovações políticas que aproximem a população e os debates políticos (Silva, Secchi, Cavalheiro, 2021). No Poder Legislativo surgem os Mandatos Coletivos, com a proposta de operar em uma espécie de acordo tácito entre representante e grupo de cidadãos (Silva, Secchi e Cavalheiro, 2021), exercendo o poder de forma cooperativa. Um mandato coletivo, nas palavras de Secchi (2019, p.22 *apud* Trotta, 2020), é uma forma de organização onde o legislador consulta pessoas para só então definir seu posicionamento, em oposição a um sistema onde o legislador pode decidir conforme sua consciência e seus interesses.

Quanto à forma como essas candidaturas são criadas, Chaia, Chicarino e Segurado (2018) contam que uma das formas pelas quais os Mandatos Coletivos surgem no Brasil é através do mapeamento de candidatos com interesses semelhantes, outra forma seria concentrar, ao redor de um candidato, pessoas associadas a movimentos sociais e grupos de interesses.

É preciso diferenciar Mandatos Coletivos e Candidaturas Coletivas. Todo Mandato Coletivo é uma Candidatura Coletiva, mas nem toda Candidatura Coletiva é um Mandato Coletivo. Em um Mandato coletivo, um número limitado de pessoas compartilha as responsabilidades e tarefas do Mandato, as decisões são tomadas após debate, de forma horizontal. Já uma Candidatura Coletiva pode abarcar muitas pessoas, por isso a votação é o formato adotado para a tomada de decisões. Neste último existe diferenciação entre quem está exercendo o mandato e os demais integrantes.

Mandatos coletivos não são uma experiência nova no Brasil, segundo o artigo de Silva, Secchi e Cavalheiro (2021) a primeira experiência de uma Candidatura Coletiva foi em 1994 em um mandato Legislativo estadual. Em 2018, dois anos antes das eleições que elegeriam a Bancada Feminista, tema desta pesquisa, outro mandato coletivo foi eleito para a Câmara Estadual de São Paulo, a Bancada Ativista, com um número expressivo de votos. Ambos os mandatos foram eleitos pelo PSOL.

Por fim, sobre a produção científica sobre os Mandatos Coletivos, existem artigos sobre Mandatos Coletivos, onde concentram-se em análise histórica e de conteúdo com base em

entrevistas e depoimentos. Esses artigos exploram a formação desses Mandatos e suas variações, assim como trazem as dificuldades jurídicas de inserção do novo formato, pois antes do Projeto de Lei (PL) 4724/2020 (Brasil, 2020) não havia perspectiva de segurança institucional ou regulamentação para esta prática. O projeto ainda tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

## 2.1 A BANCADA FEMINISTA

A Bancada Feminista não foi a única a ser eleita, outro Mandato Coletivo também conseguiu se eleger para a Câmara de Vereadores de São Paulo, O Quilombo Periférico, ambos pelo mesmo partido, o PSOL. Dois mandatos coletivos foram eleitos, indicando que o formato de Mandato coletivo não era mais uma “experiência”, mas sim um formato cada vez mais bem-sucedido. A Bancada Feminista não justifica, em suas postagens o porquê da escolha do PSOL como partido para lançar a candidatura, mas elas reafirmam os posicionamentos do partido em várias ocasiões, demonstrando certa afinidade entre eles. Mas é interessante lembrar que o PSOL lançou outros Mandatos Coletivos, demonstrando haver um interesse no partido em incentivar esse tipo de candidatura. Silva, Secchi e Cavalheiro (2021) em seu artigo também encontram a mesma tendência, e chegam à conclusão de que o PSOL vem buscando mandatos capazes de trazer inovações políticas.

Se por um lado o PSOL está interessado nessas inovações, a relação entre mandatos coletivos e os partidos é marcada por contradições, por outro, vemos que a crise está justamente na relação entre os partidos e o eleitorado. O formato de Mandato Coletivo da Bancada Feminista, por exemplo, se forma a partir de lideranças atraídas pelo posicionamento dos partidos. Durante toda a campanha, a Bancada Feminista apoia a candidatura de outros políticos do partido e concorda com os posicionamentos do partido em diversas ocasiões. A partir desta observação, pode-se dizer que a relação entre o partido e o Mandato Coletivo é importante para a definição de interesses em comum, conceito que será melhor explorado adiante.

A Bancada Feminista surge como um agrupamento de ativistas com alguma identificação com o partido e dentre as co-candidatas, Sylvia Ferraro foi escolhida como a representante do mandato. Com a proposta de mudar a forma com a qual se faz política atualmente, a Bancada Feminista sugere um rompimento com o “modelo personalista” de se fazer política. Como declarado por elas durante a campanha: "Entendemos a pré-candidatura coletiva como uma ruptura com o modelo personalista e messiânico de fazer política." (Bancada Feminista, 2020)

A justificativa dada para a escolha de um Mandato Coletivo foi a insatisfação com os políticos e o personalismo usado por alguns como estratégia eleitoral. A Bancada Feminista usa as regras do jogo, encontrando uma oportunidade para inserir dentro deste, uma inovação política no cenário.

Através da interação entre grupos de interesse, principalmente movimentos sociais e os seus co-candidatos, os Mandatos Coletivos buscam enfrentar a falta de representatividade nos espaços de debate político, construindo suas chapas de forma a trazer mais diversidade dentro dos gabinetes. (Trotta, 2020) A ideia é não apenas abrir espaço para representantes de minorias que normalmente não conseguem se eleger, mas também trazer transparência e reafirmar um compromisso de diálogo frequente e prestação de contas.

## 2.2 A BANCADA FEMINISTA CONTRA A CRISE DE REPRESENTAÇÃO

A Bancada Feminista reconhece uma crise de representação no Brasil e afirma que o formato de mandato coletivo busca mudar a relação entre os candidatos e os eleitores. Mas não procuram alterar a relação entre o representante e o partido. Elas propõem uma nova forma de atuação parlamentar baseada na coletividade e no diálogo permanente entre os co-vereadores e os diversos movimentos aos quais estão ligados, procurando através disso, ampliar a participação de grupos por meio da busca do diálogo e facilitar o acesso à política, que, na visão de alguns Mandatos Coletivos, é muitas vezes dificultado pela burocracia e organização dos partidos. (Chaia, Segurado e Chicarino, 2018).

Chaia, Chicarino e Segurado (2018), sugerem que a ideia de crise surgiu a partir das Jornadas de Junho e dos acontecimentos que sucederam, como o impeachment da então presidente Dilma Roussef e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. As Jornadas se inserem num contexto de outras manifestações que ocorreram pelo mundo e se iniciam a partir de manifestações convocadas contra o aumento da passagem, mas com o tempo, ampliaram o escopo das reivindicações. A própria massa de manifestantes era composta por diversos grupos, de esquerda, de direita, alguns dos quais ligados ao neoliberalismo, e autonomistas. (Gohn, 2013)

A pauta principal dessas manifestações girava em torno do descontentamento com o governo e com os representantes eleitos. O próprio sistema de democracia representativa chegou a ser posto em xeque por alguns grupos. Estes acontecimentos aprofundaram as desconfianças nos políticos e nas instituições, afastando representantes e representados. Por isso o surgimento dos

Mandatos Coletivos está atrelado a uma tentativa de “reencantamento da política” (Campos e Matos, 2023), tentando ganhar novamente a confiança dos eleitores.

A Bancada Feminista também adotou novas formas de construir sua plataforma de propostas, seguindo exemplos de outros políticos, que também estavam procurando inovações para suas campanhas. No caso, Chaia, Segurado e Chicarino (2018) indicam que, na Espanha o partido “Podemos” foi um exemplo dessa inovação na construção de promessas. Antes mesmo de sua campanha ser lançada, articulou-se, em diversas localidades, para debater propostas e construir seu programa. Os “Círculos Podemos” como eram chamados, contou com a participação de, aproximadamente, trezentos coletivos e dialogou com manifestantes. (Segurado, Chaia, Chicarino, 2018)

Seguindo um procedimento similar, as co-vereadoras da Bancada Feminista realizaram, durante o mês de agosto de 2020, “lives” onde debatiam os diversos temas que iriam nortear sua candidatura. Os temas haviam sido definidos previamente pelas próprias integrantes do Mandato, e eram Trabalho e Renda, Saúde e Assistência Social, Educação, Moradia, Cultura, Segurança Pública Antirracista, Violência Contra as Mulheres, Justiça Socioambiental, Mobilidade e População LGBTQIA+.

Ampliar o momento de participação para além da eleição, reeleição e eventuais prestações de contas é uma inovação política importante neste formato. Mas nota-se que a escolha dos temas está limitada aos tópicos trazidos pelas co-vereadoras. O debate tem um posicionamento prévio, esse momento de debate é mais sobre colaboração entre pessoas que tem interesses semelhantes para a ampliação de uma plataforma mais ou menos pré-estabelecida de políticas.

### 3. CRISE DE REPRESENTAÇÃO

Em mais de um momento da campanha as co-vereadoras da Bancada Feminista situam o mandato como uma solução para a crise de representação. Parto do princípio que existe uma crise, não de representação, mas sim um afastamento do modelo de representação do partido de massas. Conforme descrito no artigo de Manin (1995), onde ele elabora modelos de diferentes formas de democracia a partir da relação entre os representantes e representados. A crise atual seria decorrente de uma volta à democracia de público depois de um período em que a democracia de partido era mais comum.

Esta mudança decorre de dois fatores: mudança nos canais de comunicação política e nas condições em que se exerce o poder. Tais mudanças fazem com que se dê mais importância

para objetivos individuais do candidato em detrimento das plataformas, e, por esta razão as promessas tendem a ser menos detalhadas para abarcar os desvios que terão de ser feitos durante o mandato. O “personalismo” e as promessas que parecem grandiosas, mas carecem de detalhes técnicos são consequências do aumento da complexidade das circunstâncias políticas, que tornam imprevisível o mandato e impedem que o representante siga à risca sua plataforma. (Manin, 1995).

Neste cenário as promessas servem de fator de distinção entre candidatos, nas palavras do autor: “Em todas as formas de governo representativo, os políticos necessitam de diferenças que lhes sirvam de base para mobilizar seus adeptos. As clivagens sociais, que fora dos períodos eleitorais dividem a massa dos cidadãos, constituem recurso essencial.” (Manin, 1995 p.14). No caso da Bancada Feminista a distinção é clara, elas se colocam como feministas dispostas a aumentar a participação de mulheres na política e atuar para ampliar e defender direitos das mulheres.

### 3.1 REPRESENTAÇÃO ESPECIAL DE MINORIAS

Este posicionamento nos leva a outra questão teórica importante: A representação de minorias. Existem muitos questionamentos teóricos sobre a atuação de representantes de minorias na política, por um lado, argumenta-se que por serem muito diversos, esses grupos não têm a coerência necessária para que um representante atue em nome deles, por outro lado, democratas radicais desconfiam das instituições de representação, pois acreditam que a participação de todos os grupos de interesse de forma numérica é oposta ao conceito de representação.

Para explicar melhor e refutar a ideia de que participação e representação são opostas, Young (2006) busca mostrar que a representação não significa seguir à risca os desejos de todos os eleitores, nem exercer um “mandato vinculado” onde a plataforma política seria seguida à risca e sua execução asseguraria a representação, mas conseguir manter, durante todo o mandato, uma relação forte entre representante e eleitorado. Por esta razão, ampliar a participação não é oposto à representação, uma vez que os representantes naturalmente não podem falar por todos os seus eleitores e a participação precisa ocorrer em diferentes momentos do processo de autorização.

Mesmo que não se possa falar por todos os eleitores, também é impossível que todos os cidadãos estejam presentes, ao mesmo tempo, em todos os organismos deliberativos, desta

forma, através dos representantes os eleitores estão “co-presentes” e por isso é necessário que haja uma identificação entre eles. Para não se pautar numa lógica identitária, a representação deve envolver uma relação mediada entre os atores, ao invés de tentar se fazer presente através do representante o que realmente torna um sistema representativo é a relação que se constrói entre o grupo de pessoas que votaram em um candidato e este dito candidato, que deve sempre antecipar o que o eleitor quer.

Porém, na maioria dos modelos o eleitor participa no momento de autorização e de prestação de contas, ou seja, a eleição e a possível reeleição deste candidato. No modelo de Downs (2013) por exemplo, as promessas servem de parâmetro para avaliar o compromisso do candidato com o eleitorado, e na hora da prestação de contas o candidato talvez precise dar justificativas para o não cumprimento destas, neste modelo promessas servem para fazer um candidato se eleger e os eleitores assumem uma posição passiva, apenas julgando ou escolhendo um candidato pelo conjunto de propostas e sua capacidade de segui-las.

Mas um mandato representativo precisa de mais de um momento de prestação de contas, caso contrário, no atual modelo onde as promessas já são vagas e abrangentes, não é o suficiente para impedir que as elites transformem os espaços representativos em mais uma etapa para alcançar seus próprios objetivos, esses espaços precisam ser participativos e os representantes devem estar próximos de seu eleitorado. “(...) a representação é mais forte quando carrega vestígios da discussão que levou à autorização ou quando, de outra forma, se justifica persuasivamente numa prestação de contas públicas.” (Young, 2006 p.154).

Na representação, já vimos anteriormente, que um representante de uma minoria não representa a todos no grupo. Young organiza três maneiras em que uma pessoa pode ser representada, destas nos interessa apenas a representação de perspectivas e interesses. Dentro da representação de perspectivas os diferentes posicionamentos dos indivíduos dentro das estruturas sociais fazem com que o debate seja enriquecido, pois cada um contribui com uma compreensão diferente do mesmo tópico.

Incluir todas essas perspectivas dentro do debate democrático permite desvelar a realidade do processo social. Mesmo que duas pessoas tenham a mesma perspectiva, seus posicionamentos também podem ser diferentes, mas compartilhar a perspectiva faz com que essa pessoa tenha mais afinidade com o modo que a outra descreve suas experiências. Essas perspectivas também se cruzam e se somam como por exemplo às perspectivas de ser mulher e ser negro, se cruzando na experiência de ser uma mulher negra. Desta forma, a representação de perspectivas não quer dizer que todos que compartilham da perspectiva pensam do mesmo

modo ou têm os mesmos objetivos políticos, mas que eles têm algo em comum que geralmente pesa sobre a forma como agem e tomam decisões, e quanto maior o número de perspectivas representadas no debate, mais ideias surgem e a probabilidade de excluir uma parcela da sociedade diminui.

Sabemos que o político pode agir conforme sua vontade e que também não é obrigatório que ele represente ou defenda apenas aqueles que compartilham da mesma perspectiva, sabemos também que mesmo sem vivenciar aquela experiência, um político pode defender e ampliar os direitos de uma minoria. Mas é importante reconhecer que as estruturas desiguais da sociedade se mostram também no cenário político. Muitas minorias foram impedidas de entrar no debate não porque não tinham reivindicações ou porque lhes faltavam unidade, mas por causa de processos de exclusão e marginalização muitas vezes perpetrados pela elite que dominava o espaço de debate.

Por isso Young (2006) defende que os indivíduos são mais bem representados quando os organismos de representação são plurais e os relacionamentos com os representantes também o são. A exclusão política de certos grupos tende a torná-los apáticos em relação à política. A inclusão de representantes que compartilhem a mesma perspectiva que eles, estimula a participação e o engajamento. Esse posicionamento vai de encontro com o que Silva, Secchi e Cavalheiro (2021) afirmam em seu artigo, Mandatos Coletivos facilitam a entrada na política de pessoas que antes não tinham a coragem ou não queriam se ligar a nenhum partido, e através da coletividade essas pessoas são encorajadas a participar e contribuir no debate.

Com isso podemos dizer que a representação especial de grupos de interesse importa para enriquecer o debate, essa representação pode acontecer em qualquer momento do processo democrático e em qualquer espaço de debate, seja dentro dos partidos, em comissões especiais, nos orçamentos participativos e outras instâncias deliberativas.

Porém a Bancada Feminista também se enquadra em outro tipo de representação, a de interesses. Pois as integrantes da Bancada Feminista podem ter a mesma perspectiva – serem mulheres – e algumas perspectivas híbridas como mulheres transsexuais, mulheres negras, entre outras perspectivas expressas por elas mesmas durante a campanha – elas não trazem interesses que sejam totalmente contrários, possuem, em certa medida, os mesmos interesses políticos, pois senão, seria impossível se candidatarem pela mesma legenda e o consenso dificilmente seria alcançado. Já a representação de opiniões, também presente no artigo de Young, é geralmente feita pelos partidos e a razão pela qual o relacionamento da Bancada Feminista com o partido é por partilharem as mesmas opiniões, o que nem sempre é o caso dos Mandatos

Coletivos, que prezam por autonomia para decidir seus interesses sem a influência direta dos partidos, como é visto no artigo e entrevista conduzidos por Chaia, Chicarino e Segurado com os integrantes da Bancada Ativista.

#### 4. METODOLOGIA E O ESTUDO DAS PROMESSAS DE CAMPANHA

A partir do debate levantado sobre representação, vemos a importância de observar se existem resquícios do momento de autorização (eleição) que se mantém durante todo o mandato, ou se o político tem mais razões para se desviar de seus interesses expressos em nome da governabilidade. O desempenho do representante, quer seja em virtude do cumprimento ou não das promessas, nos é informativo, pois apresentam os interesses em dois momentos do processo representativo.

As promessas de campanha oferecem dados sobre os temas que os partidos consideram mais caros ao eleitorado, os que eles querem apresentar e os temas atuais que precisam ser endereçados. Podem informar, também, o interesse do eleitor decisivo, ou seja, a diferenciação (Manin, 1995) que faz com que se vote em um partido ou candidato ao invés de seu adversário; podem também nos informar a política que o candidato acredita ser melhor. As promessas da Bancada Feminista servem para vermos como elas se posicionam perante seu eleitorado e quais pautas são consideradas importantes. As propostas foram feitas para vencer as eleições, mas também podem servir de norteadores para a atuação do representante. Neste caso, a própria forma de construir suas promessas era uma forma de engajar um possível eleitor, pois as plenárias davam a liberdade para que o eleitorado incluísse pautas e metas nas promessas, ao invés de escolher entre as opções apresentadas pelos partidos.

##### 4.1 PROGRAMAS INFORMATIVOS

Segundo Manin, Przeworski e Stokes (2006), o conjunto de promessas só pode ser considerado como fonte de pesquisa se for informativo, ou seja, se a maioria das promessas contidas nele apresentam objetivos claros e um plano de ação para implementá-los. A noção de “programa informativo” é uma descrição dos programas de candidatos ao Executivo, dos quais se tira o alinhamento dos partidos e serve de base para análises de saliência temática. Faço, neste trabalho, uma adaptação desta discussão para o Legislativo.

Também precisamos definir o que é uma promessa e como separar afirmações retóricas e verificáveis. Dois autores discutem este tópico, Royed e Thomson. Para Thomson, promessas são afirmações que contam com o apoio dos partidos e apresentam propostas de ações passíveis de teste.<sup>4</sup> Royed, por sua vez, define as promessas retóricas como aquelas muito vagas ou sobrecarregadas de valores para que possam ser consideradas um compromisso real e testável.

Se um programa for informativo, significa que grande parte das propostas é verificável, mas não é indicativo de que estas propostas serão postas em ação. O estudo de programas de governo serve para compreender a posição de um partido ou candidato. Aqui o que procuro neles é a frequência com a qual certos temas foram mobilizados.

## 4.2 COLETA DE DADOS

De forma a mensurar quais políticas importam (Batista, 2020) para a Bancada Feminista e se suas prioridades se alteraram durante o exercício do mandato, a pesquisa coletou dados de duas fontes: uma para as promessas de campanha e outra para a atividade parlamentar. Para obter as promessas de campanha foram coletados dados referentes da página oficial do mandato no Facebook durante o período do mês de abril de 2023. Os dados compreendem o período do ano eleitoral com a primeira postagem sendo feita no dia 27/03/2020 e a última em 12/11/2020, alguns dias antes da eleição. Houve a predileção por esta rede social pois na época das eleições era a mais utilizada pela Bancada Feminista. A Bancada Feminista também alimentava sua página do Instagram com as mesmas imagens, mas as postagens no Facebook eram mais completas e permitiam textos mais longos.

## 4.3 CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

Para separar quais propostas eram passíveis de verificação e quais eram apenas manifestações e posicionamentos retóricos, o conteúdo foi analisado e categorizado de forma manual. Grande parte das promessas verificáveis são resultado das “plenárias” feitas no mês de agosto, que estavam disponíveis também no site do Mandato<sup>5</sup>. Estas são organizadas de forma objetiva e separadas por tópicos, todas elas foram consideradas verificáveis.

---

<sup>4</sup> Com base na tradução feita por Simone Diniz e Lucy Oliveira no Artigo Programa de Governo e Promessas de Campanha, p. 5.

<sup>5</sup> Conteúdo disponível no site: <https://bancadafeministapsol.com.br/>

A maioria das que foram classificadas como retóricas são manifestos assinados em conjunto ou reflexões sobre a situação da cidade e da política. Esse tipo de texto é comum na rede social da qual foram retirados, mas não pode ser verificado pois não apresenta objetivos ou planos a serem implementados após a eleição.

A técnica usada, análise de conteúdo, pode ser descrita nas palavras de Krippendorff como: “uma técnica de pesquisa que objetiva criar inferências válidas e replicáveis de textos (ou outro conteúdo significativo) para os contextos de seu uso” (Krippendorff, 2004, p. 10). A análise de conteúdo requer que os dados estejam disponíveis para uma possível replicação da pesquisa, por isso nos Apêndices estão alguns resumos das bases de dados construídas, lá também consta um link para a base completa. Outro requisito é a confiabilidade e neste caso o teste utilizado foi o de “estabilidade” (Sampaio e Lycarião, 2018), por ser uma pesquisa com um único codificador, o objetivo era averiguar a estabilidade com que o codificador tomou as decisões. Utilizei a amostra mínima – cinquenta decisões – para os testes desta fase. O coeficiente obtido foi 0,94 no índice Alpha de Krippendorff, considerado adequado para este tipo de teste <sup>6</sup>.

Conforme foi proposto para esta pesquisa, é necessário avaliar quais temas permaneceram relevantes entre as promessas e quais se mantiveram relevantes após a eleição. Para analisar a distribuição de temas, o livro de códigos do *Manifesto Project* foi utilizado como base.

Para a outra parte da análise foram coletados dados referentes a projetos e emendas de lei durante o mês de maio de 2023 no site da Câmara dos Vereadores de São Paulo. Como o mandato delas se estende até o final de 2024 não foi possível ter uma análise do mandato completo. Foram coletados 110 documentos, sendo o último o Projeto de Lei 205/2023 (ver Apêndice). A atuação do legislativo tem suas especificidades, os atores do legislativo federal, por exemplo, se limitam a fazer proposições de impacto local e, por isso algumas categorias do *The Manifesto Project* tiveram de ser adaptadas. As seguintes decisões foram tomadas: promessas relativas ao combate à violência contra a mulher foram incluídas na categoria per503<sup>7</sup>, por ser uma categoria que abrange propostas de combate à discriminação e violência. Políticas de gestão de resíduos foram incluídas na categoria que abrange proteção ambiental per501 e políticas com foco na ampliação de direitos da população transsexual foi categorizado em per705 que já abrange a ampliação de direitos de homossexuais e outros grupos minoritários.

---

<sup>6</sup> A imagem do site onde foram feitos os cálculos estão no Anexo, o site está disponível no link: <https://dfreelon.org/utis/recalfront/recal-oir/>

<sup>7</sup> Uma tradução resumida das categorias mencionadas está no Anexo

Novamente, nesta fase foi utilizado o mesmo tipo de teste de confiabilidade, também com a amostra mínima exigida. O resultado foi 0,935 no índice Alpha de Krippendorff, adequado para a condução da pesquisa.

As informações referentes às proposições foram coletadas do site oficial da Câmara dos Vereadores. Para facilitar observar quais temas foram mais abordados nos projetos e poder compará-los com os temas das promessas de governo utilizo o mesmo livro de códigos, do Marpor. Após a codificação das leis, o teste de estabilidade foi aplicado na amostra mínima que neste caso corresponde à aproximadamente 50% das leis. O valor obtido foi de 0,955 no índice Alpha de Krippendorff.

A análise das promessas foi feita tendo em mente a análise de saliência. Saliência, nas palavras de Humpreys e Garry (2000, p.2) é “a importância relativa de diferentes áreas de políticas públicas”. Ao analisar as proposições deve-se levar em consideração certas limitações na atuação do Legislativo. Figueiredo e Limongi (2001) nos dizem que o processo de proposição no legislativo federal é descentralizado e, por isso, os parlamentares têm liberdade para propor, mas a probabilidade de aprovar algo é muito baixa. Presumindo que o mesmo acontece em maior ou menor escala no legislativo municipal, a análise tem de levar em conta as dificuldades para aprovar um projeto. Por isso a proposição é mais importante como sinalizador das intenções e objetivos do que a aprovação.

Dentro do possível, a análise vai “ênfaticamente aquilo que fazem quando têm liberdade para tanto” (Batista, 2020, p.5). Através da comparação entre análise de promessas e de proposições legislativas, procuro entender quais temas eram priorizados durante a eleição e quais passaram a ser mais relevantes após a eleição, tudo isso levando em consideração as seguintes características dos dados: “1) estes dados estão disponíveis publicamente; 2) proposições legislativas se referem a políticas públicas e são instrumentos importantes para os atores políticos; 3) não há maiores constrangimentos quanto ao conteúdo do que é proposto; 4) podemos construir medidas de saliência para o indivíduo ou agregados partidários ou distritais.” (Batista, 2020, p.5)

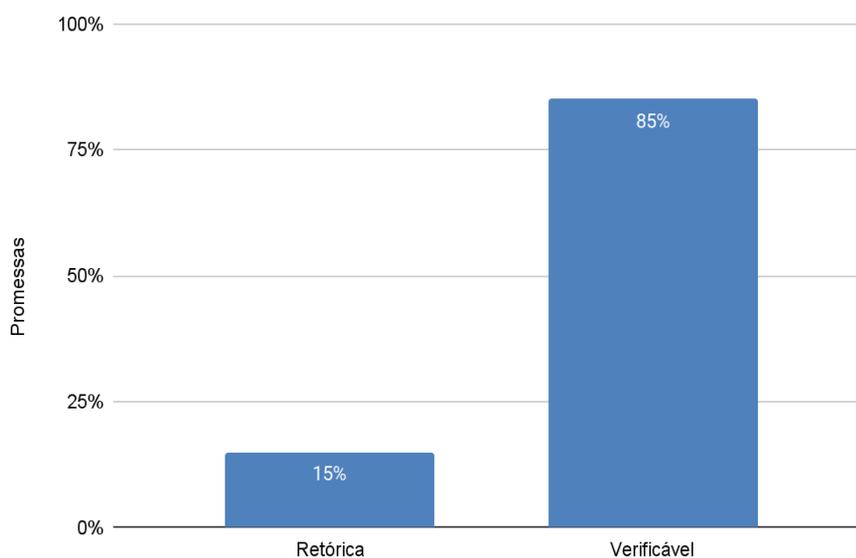
Verificar se as promessas de campanha foram cumpridas de alguma forma pode não ser um indicador definitivo de que um mandato esteja agindo pensando no bem comum dos eleitores. Desvios podem ser feitos visando o bem comum, mas, uma vez que as propostas nos informam demandas de Movimento Sociais por ampliação de direitos, elas representam os objetivos políticos de cada uma das co-vereadoras que estão ao mesmo tempo sendo representantes de seus respectivos movimentos e representantes eleitas.

Essas promessas trazem mais do que ideias gerais de posicionamento, mas sim objetivos construídos através do diálogo e sem os quais seria difícil justificar a existência do Mandato Coletivo. Ao verificar se houve mudanças significativas nos temas abordados, podemos inferir se o Modelo de Mandato Coletivo da Bancada Feminista realmente consegue, através do diálogo, unir os interesses e expectativas de seu eleitorado, com seus próprios interesses dentro da prática política.

## 5. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

A partir das páginas do Facebook do mandato foram obtidas 442 promessas, das quais 68 foram classificadas como retóricas e 374 como verificáveis, apenas as verificáveis serão classificadas por área temática e os dados obtidos serão cruzados com aqueles obtidos através da análise dos projetos.

Gráfico 1 - Porcentagem das promessas Verificáveis e Retóricas



Fonte: Elaborada pelo autor

Aproximadamente 85% das propostas obtidas foram classificadas como verificáveis. Mas mesmo entre as verificáveis cerca de 4% delas não são verificáveis dentro do escopo desta pesquisa, pois elas incluem outros tipos de atividade parlamentar como votações e prestação de contas. A partir deste resultado podemos afirmar que o conjunto de promessas é informativo e por isso pode ser usado para nosso objetivo de pesquisa. As promessas são objetivas e focam

em problemas específicos, mas não oferecem detalhes técnicos de como elas serão postas em ação ou de onde a verba para esses projetos sairá. Muitas vezes as promessas assumem um tom de posicionamento, como a promessa de se lutar contra a privatização da Sabesp, cujo tom e formulação nos dizem mais sobre o posicionamento da Bancada Feminista do que um plano concreto para impedir essa privatização.

O mesmo acontece na série de promessas contra a privatização de creches públicas, onde o ponto a ser observado é a crítica à política de privatização e o posicionamento contrário do partido. Em muitos momentos a promessa feita é de que a Bancada Feminista servirá de oposição nesse tema específico.

Na outra ponta ela também oferece apoio genérico a alguns temas, como melhoria da infraestrutura do transporte público. A partir disso vemos que elas evitam temas que fogem muito de seus interesses, incluindo-os de forma genérica e pouco específica. Algo que contrariou as expectativas é o número baixo de promessas voltadas aos trabalhadores, elas existem, mas são pouco específicas e em menor número. Considerando que uma das co-candidatas se declarou como defensora dos direitos dos trabalhadores por aplicativo, era esperado um enfoque nessa área.

Uma das promessas que mais chamam a atenção é uma promessa de maior representação, justamente a discussão deste trabalho, nas palavras delas: “Por que votar em uma candidatura coletiva? 1 mandato na Câmara de Vereadores, 5 co-vereadoras compartilhando as tarefas do mandato e dialogando com os movimentos sociais. A ideia é aumentar a representatividade e democratizar o acesso ao poder institucional.” (Bancada Feminista, 2020).

As promessas classificadas como retóricas foram processadas através do programa Iramuteq<sup>8</sup> e formam uma nuvem de palavras, nessa nuvem de palavras os termos “mulher” e “educação” são centrais, indicando que nas postagens retóricas, muito foi dito sobre esses temas. Por ser um mandato que se diz feminista é natural que o tema central das promessas gire em torno das mulheres. Quanto ao tema “educação”, o interesse no assunto parte do fato que uma das integrantes, Sylvia Ferraro é engajada em lutas pela educação e pela classe profissional dos professores.

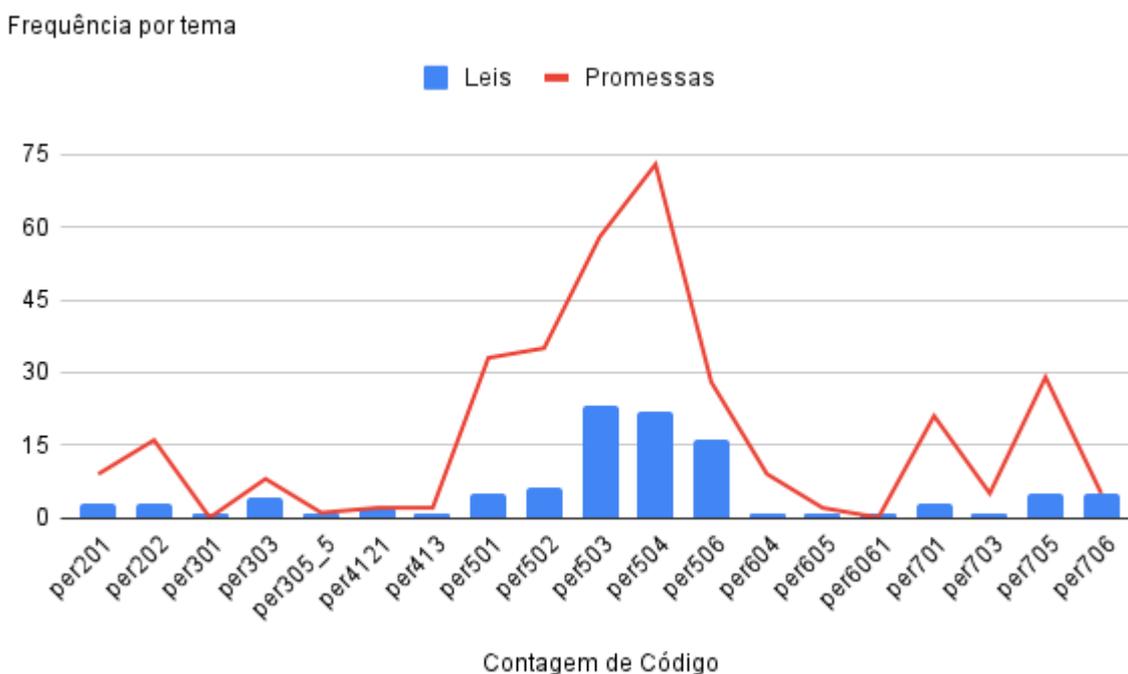
---

<sup>8</sup> Iramuteq é uma interface do R que realiza análises multidimensionais de textos e questionários desenvolvido pelo Laboratoire d'Études et Recherches Appliquées en Sciences Sociales da Universidade de Toulouse.



Esse projeto foi aprovado e com isso, garante a notoriedade da Bancada e de suas integrantes em relação ao tema de combate à violência contra a mulher.

Gráfico 2 - Distribuição das promessas e leis por temas



Fonte: Elaborada pelo autor

Dentre as promessas, a maioria foi classificada como per504, numa tradução livre, esse código leva o nome de “Aumento do Estado de Bem-Estar Social” e abrange tópicos como a expansão dos serviços de assistência social e de saúde. O segundo código mais frequente é per503, sendo traduzido por “A favor da equidade”. No código per503 foram incluídas todas as promessas que mencionam o combate à violência racial e de gênero, tópico recorrente no programa.

Uma leitura das promessas nos mostra que a maioria envolve políticas públicas com foco nas mulheres, embora estejam distribuídas entre várias categorias, as mulheres receberam o foco na campanha. As promessas de campanha foram divididas entre verificáveis e retóricas. As verificáveis serão usadas na análise final que verificará se foram ou não cumpridas. As promessas retóricas foram usadas para formar uma nuvem de palavras, que reafirma a posição central que as mulheres ocupam nas promessas das então co-candidatas.

A Bancada Feminista tem como ponto central de suas promessas o atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade. O mesmo ocorre em sua atuação, a repetição dos códigos

relacionados ao combate à violência e aumento da assistência social é na verdade a construção de diversos dispositivos que auxiliem essas mulheres em diversos momentos. Elas mobilizam diversos aparatos públicos para oferecer suporte e combater a violência de gênero, desde o momento da denúncia até a retomada de independência dessa mulher. Durante a atuação parlamentar este tema definitivamente foi central.

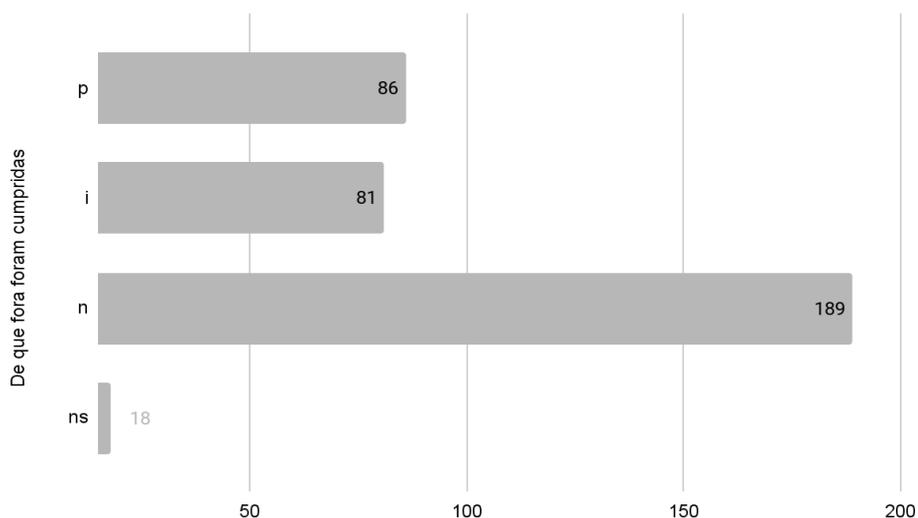
Continuando a olhar para os projetos de lei, dos que puderam ser usados nesta análise, 23 foram classificados como per503, e 22 deles como per504. É interessante notar que tanto nas promessas quanto nos projetos esses códigos são os mais frequentes, demonstrando assim, coerência entre o que foi prometido e os projetos de lei criados. Ou seja, os temas desenvolvidos durante a campanha continuaram sendo priorizados após a eleição.

Por outro lado, dentre os códigos menos utilizados está “per305\_5”, uma categoria que abrange políticas de transição contra as antigas elites. Embora apareça somente uma vez tanto nas promessas quanto nos projetos, é uma das promessas que foram cumpridas de forma integral. Essa promessa diz respeito à retirada de estátuas e homenagens feitas a ditadores e escravocratas. Segue a promessa: “Plano de Justiça de Transição: políticas de memória e verdade que visem à extinção de monumentos e obras públicas em homenagem à ditadores e escravocratas. substituição de nomes de ruas, monumentos e obras públicas para memória de figuras negras na história brasileira e mundial.” (12/10/2020).

O projeto de lei que cumpre essa promessa é o Projeto de lei 01-00047/2021. Mesmo que o tema não tenha se repetido ao longo das promessas, ainda assim a promessa foi cumprida, enquanto outros temas, mesmo sendo repetidos à exaustão, não foram cumpridos de forma integral. Muitas promessas relacionadas à pandemia, por exemplo, não foram cumpridas pois quando o mandato finalmente assumiu, as normas para lidar com a epidemia já haviam mudado, isso vai de encontro com as leituras de Downs (2013) sobre o desvio do mandato devido a mudanças no contexto, quando elas assumiram muito já havia mudado sobre as políticas de gestão da pandemia. Colocar promessas específicas para o enfrentamento deste problema fez com que esse conjunto de promessas não pudesse ser posto em prática.

Promessas relacionadas à segurança pública que não se relacionem com o combate à violência de gênero, também não encontraram correspondente entre os projetos de lei, novamente nos mostrando como elas evitam temas que não são caros ao seu eleitorado nem dialogam diretamente com suas pautas durante sua atuação parlamentar. A segurança pública só aparece quando interligado a outro tema: combate à violência contra mulher.

Gráfico 3 - Promessas de campanha distribuídas pela forma que foram cumpridas



Fonte: Elaborada pelo autor

De todas as 374 promessas verificáveis, 81 delas foram cumpridas de maneira integral e 86 de maneira parcial, restando 189 delas que não foram cumpridas. Dentre as que foram cumpridas integralmente, 24 delas foram classificadas como per504. Entre as que foram cumpridas parcialmente, per 504 também lidera. Dentre as que não foram cumpridas o mesmo cenário se repete.

Ao todo temos cerca de 45% de promessas cumpridas de alguma forma, contra 51% de promessas não cumpridas e outras 4% que não puderam ser verificadas neste trabalho porque requerem outras formas de avaliação da atividade parlamentar. Dentre as que foram cumpridas de alguma forma - parcial ou integralmente - mais da metade diz respeito ao estado de bem-estar social e qualidade de vida, que incluem “Proteção ao Meio-Ambiente”, “Equidade”, “Expansão do Estado de Bem-estar Social” e “Expansão da Educação”.

É interessante notar que em um dos vídeos de apresentação do mandato, onde as co-candidatas nos contam suas principais propostas, esses tópicos são mencionados por elas como os objetivos de sua candidatura.

“(…)Sou feminista, advogada e ativista do movimento negro. Nós pretas e pretos, somos as principais vítimas da violência do Estado e da polícia. Vamos lutar por políticas públicas que garantam o enfrentamento ao racismo estrutural e o direito ao futuro da juventude negra, queremos respirar. (Paula Nunes, 2020)

Sou feminista negra, travesti, e intersexo e trabalhadora da saúde pública municipal, Nossa luta é por visibilidade, por mais direitos, e pela vida da comunidade LGBTQI+. Travesti não é bagunça, é resistência. (Carolina Iara, 2020)

Eu sou feminista, vegana, e militante pelo ecossocialismo. Eu vou lutar para que a população não seja empurrada para as áreas de mananciais, e não sofra com as doenças causadas pela poluição e pela falta de saneamento básico. (Natália Chaves, 2020)  
(...)Nossa batalha é por trabalho digno, direitos plenos e salários justos para todos. (Dafne Sena, 2020).”

As propostas apresentadas pelo mandato nos mostram uma consistência em relação ao que foi prometido durante todo o período eleitoral, a maioria das promessas não foi cumprida, mas os projetos que foram criados se mantiveram no padrão de temas que as promessas. A média ponderada de promessas cumpridas, por tema, é de 45%. O que é surpreendentemente alto, pois não se espera que um candidato, ou neste caso um grupo de co-candidatos, siga tantas de suas promessas durante o exercício no mandato.

Um questionamento surge após essa análise: se elas se enquadram no caso de representação especial de minorias descrito por Young (2006), onde o debate de diferentes perspectivas é o que aumenta a representação, qual as vantagens de se manter tão fiéis a um programa? O debate que foi feito no momento da formulação dessas promessas é válido como representação, mas será que se estende em outros momentos do processo? E se ele se estende, não causa divergências?

Temos de considerar também que os Mandatos Coletivos operam se adaptando a um sistema que não foi feito para ser coletivo, o sistema representativo é feito para que um único indivíduo participe dos debates apresentando pautas caras a si, sua base ou partido. O Mandato Coletivo precisa alcançar um consenso em seu debate para que um de seus co-representantes apresente os resultados deste debate. Este é mais um desafio para esta forma de inovação política.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre promessas de campanha ainda são poucos no Brasil. Essa pesquisa buscou trazer a teoria dos mandatos para analisar o formato de Mandato Coletivo, e principalmente, verificar se a forma de se organizar proposta pelos Mandatos Coletivos tem algum efeito na representação. Para tal, comparamos a análise de saliência das promessas de campanha e a das proposições.

A partir dos dados obtidos, podemos inferir que grande parte das promessas foram cumpridas. As promessas de campanha da Bancada Feminista serviram de guia para sua atividade parlamentar, conforme podemos ver na distribuição das proposições e das propostas por tema. Num primeiro momento esse fato parece indicar que o Mandato Coletivo em questão

tenta seguir uma representação por mandato “vinculado”, onde o cumprimento de promessas é visto como compromisso.

As promessas e proposições se concentraram em torno dos mesmos temas, representados pelos códigos per503 e per504 do *The Manifesto Project*, temas como ampliação da equidade, combate ao preconceito de gênero e raça, proteção a grupos pouco privilegiados, expansão de programas de auxílio, fortalecimento da saúde pública e ampliação dos programas de moradia. Comparando com a nuvem de palavras formada a partir das promessas retóricas (Imagem 1) a pauta “mulher” está incluída nas políticas de equidade, enquanto “educação”, embora não lidere em número de proposições, têm 16 projetos de leis. Mesmo as promessas que não podem ser verificáveis mantiveram uma relação direta com os temas tratados após a eleição. A Bancada Feminista apresentou projetos cujos temas não diferiam daqueles trazidos durante a campanha, e uma parcela considerável de suas promessas foram consideradas em sua atividade parlamentar. Isso nos mostra que em certa parte elas consideram o cumprimento de promessas algo importante em sua relação com o eleitor.

Sabemos que o cumprimento de promessas pode ser visto pelo eleitorado como prova de compromisso. Quando os momentos de autorização e de prestação de contas mantêm, na medida do possível, a mesma centralidade de temas, o eleitor tem certa confiança de que os temas trazidos pelo mandato e discutidos durante a campanha realmente foram levados a diante. Mas o ponto interessante no mandato coletivo não é essa espécie de “mandato vinculado”, o cumprimento das promessas é uma consequência de uma convergência de interesses entre a Bancada Feminista e sua base eleitoral.

Qualquer candidato poderia representar os grupos de interesse que foram contemplados pelas políticas da Bancada Feminista, o diferencial desse formato é permitir que vários indivíduos com diferentes perspectivas, mas interesses semelhantes debatam os temas que serão apresentados. Não cabe aqui discutir se esse formato evita ou não desvios das promessas, pois entende-se que o desvio não é necessariamente ruim se for justificável pelas condições. Mas ao ampliar o número de participantes do debate político, evita-se que a atividade legislativa reproduza desigualdades estruturais.

Quando vimos que as propostas sempre giravam em torno de temas como mulher, combate ao racismo e demais formas de preconceito e ampliação de benefícios para a população – principalmente para grupos vulneráveis – esse resultado não é uma coincidência ou um “mandato vinculado” por si só, mas resultado de um debate que mantém os interesses em comum como ponto central do Mandato.

Existem diferentes formatos de Mandato Coletivo, Silva, Secchi e Cavalheiro (2021) trabalham para documentar essas experiências. A vantagem deste formato adotado pela Bancada Feminista, é a estabilidade como lidam com seus objetivos políticos. Outros formatos, mais abertos à participação, podem não apresentar o mesmo grau de coesão em sua atividade, além de dificultar um debate entre os integrantes.

O formato do Mandato Coletivo vem funcionando dentro de diversos partidos como forma de angariar os votos dos eleitores que buscavam alternativas dentro da política. Como ficou evidente após a eleição de Mandatos Coletivos em várias esferas legislativas nos últimos anos. Após a conclusão desta pesquisa, pode-se dizer que A Bancada Feminista, Mandato Coletivo escolhido para a análise não só funciona como alternativa para angariar votos, como também desempenha bem sua proposta de representar grupos minoritários e sua base eleitoral no legislativo, ao manter a relação entre elas e os eleitores mais próxima através de constante debate, elas ainda têm como triunfo para as próximas eleições, várias promessas em tramitação na Câmara de Vereadores. Não se pode inferir que todos os Mandatos Coletivos se comportem da mesma forma e que mantenham essas relações de proximidade sempre que eleitos, nem podemos afirmar que os Mandatos Coletivos sejam a melhor alternativa, a experiência ainda é recente e cada mandato tem sua própria organização interna e objetivos. Mas observar a atividade destas novas experiências de forma crítica serve para manter sempre atualizada a literatura sobre promessas de campanha, observando quais temas são relevantes para esses novos atores políticos e se esses temas repercutem entre seus eleitores.

## 7. CONCLUSÃO

Os Mandatos Coletivos surgiram como uma resposta direta a uma crise de representação, com a proposta de melhorar a relação entre representantes e representados através do debate, tanto entre os integrantes do Mandato Coletivo, quanto de grupos de interesse que compõe sua base. Após um retorno aos debates sobre representação podemos esboçar a posição que os Mandatos Coletivos ocupam entre as iniciativas de inserção de minorias na política.

O objetivo deste trabalho era entender como a Bancada Feminista se posiciona e seu lugar na representação de minorias, esperava-se confirmar que o Mandato Coletivo pudesse ampliar a participação e se apresentar como solução para a crise de representação. Para isso fiz uma análise temática das propostas e dos projetos e comparei-os a fim de encontrar padrões e responder minha pergunta de pesquisa: Mandatos Coletivos podem trazer mais representação?

A análise dos dados tende para uma resposta positiva a essa questão, os temas se mantiveram centrados em ampliação de direitos para mulheres, tanto durante a campanha, quanto após a eleição. Esse era um resultado esperado pois, a Bancada Feminista, tema deste trabalho reúne em sua composição ativistas com trajetórias de diversos movimentos, mas com fortes relações com o movimento feminista.

Os temas mais frequentes a promoção da equidade e ampliação do estado de bem-estar social, com foco nas mulheres, suas proposições legislativas também seguem o mesmo caminho. Indicando confluência entre os interesses manifestados durante a campanha e nos quais os eleitores puderam ajudar a redigir, e nos interesses do Mandato Coletivo após ser eleito.

Essa confluência de interesses não é resultado de um “mandato vinculado”, pode-se debater que um formato coletivo impeça desvios de programa e busca de interesses individuais, mas neste trabalho o foco é no debate entre indivíduos com diferentes perspectivas na busca de um consenso. Esse debate além de garantir que o quadro social seja tomado por inteiro durante as decisões, evita que os projetos perpetuem desigualdades estruturais. O resultado desse debate nos projetos nos mostra que os interesses construídos durante a campanha permanecem como prioridade durante sua atuação.

Contudo este trabalho tem suas limitações, não podemos afirmar que Mandatos Coletivos sejam mais propensos a cumprir suas propostas, pois existem uma variedade de formatos e nem todos vêm o cumprimento de propostas como uma forma de aproximação entre eleitor e representante. Também não sabemos a influência que partidos políticos e movimentos sociais têm nos Mandatos Coletivos, mas já existe pesquisas neste sentido na ciência política. Um outro

questionamento que surge é se os Mandatos Coletivos são formados, em sua maioria por integrantes de grupos minoritários, favorecendo assim a inserção política de atores que antes, teriam grandes dificuldades de entrar neste meio.

No caso da Bancada Feminista ela cumpre também o papel de alavancar a carreira política de suas co-vereadoras, por exemplo, Carolina Iara foi eleita para a Bancada Feminista da ALESP em 2022. Mas por se tratar de uma pesquisa limitada, não podemos dizer que esta é uma característica de todos os Mandatos Coletivos. O que nos parece claro é que o formato coletivo está se popularizando e após a regulamentação através do Projeto de Lei 4724/2020, muitas iniciativas similares irão surgir.

Por conclusão, a experiência deste Mandato alcançou os objetivos estabelecidos durante a própria campanha, nas palavras das então co-candidatas: “A ideia é aumentar a representatividade e democratizar o acesso ao poder institucional”. O formato dos Mandatos Coletivos pode não ser a resposta definitiva para a crise de representação, mas neste caso foi capaz de trazer pautas de minorias para o legislativo e se aproximou de seus eleitores, se confirmando como uma inovação política potente e em vias de se popularizar cada vez mais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Débora Cristina Rezende de (2024) Candidaturas Coletivas: Uma nova forma de interação entre Movimentos Sociais e Partidos Políticos. Revista DADOS, Rio de Janeiro vol.67, n. 2, Ano 2024, pp. 1-53.

BANCADA Feminista - Propostas. Disponível em:

[https://bancadafeministapsol.com.br/propostas/?fbclid=IwAR1Sp3nmmC6BWmXhKExPLtYxqLuTbkkYYkk2p\\_pJQyxqRAeaigxR8OIVqc](https://bancadafeministapsol.com.br/propostas/?fbclid=IwAR1Sp3nmmC6BWmXhKExPLtYxqLuTbkkYYkk2p_pJQyxqRAeaigxR8OIVqc) . Acesso em 26 ago. 2023.

BATISTA, Mariana (2020) QUAIS POLÍTICAS IMPORTAM? Usando ênfases na agenda legislativa para mensurar saliência. Revista Brasileira de Ciências Sociais vol 35 nº104/2020 DOI: /10.1590/3510411/2020

CÂMARA Municipal de São Paulo - Silvia da Bancada Feminista. Disponível em:

<https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/silvia-da-bancada-feminista/> . Acesso em 26 ago. 2023

CAMPOS, Bárbara L., MATOS, Marlise, (2023) Juntas em um único número na urna? As experiências de mandato coletivo e o desafio à política partidária tradicional e personalista no Brasil (2006 – 2020). Revista Brasileira de Ciência Política, nº 40, pp 1- 37.

DAHL, Robert A. Poliarquia: participação e oposição. Tradução de Celso Mauro Paciornick. São Paulo, SP: Edusp, 2012. 235 p., il. (Clássicos, 9). ISBN 9788531404092.

DINIZ, Simone & OLIVEIRA, Lucy. (2020) Programas de governo e promessas de campanha. Revista de Sociologia e Política, v 28 nº 76. DOI: /10.1590/1678-987320287606

DOWNS, A. (2013) [1957] Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Edusp

FARIA, Flávia de. Participação, renovação e ocupação: limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo. Revista Contraponto, v. 5, n. 1, Porto Alegre, 2018.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. (2001), Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: FGV.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HUMPHREYS, McCartan & GARRY, John. (2000), “Thinking about salience”. Harvard University. Manuscrito inédito.

KRIPPENDORFF, Klaus. (2004), Content analysis: An introduction to its methodology. Sage.

RAPS. (2019), “Mandatos Coletivos e Compartilhados: Desafios e Possibilidades para a Representação Legislativa no Século XXI. Relatório, RAPS.

MANIN, B. (1995) As Metamorfoses do Governo Representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 10, n. 29, pp. 1-21

MANIN, B., PRZEWORSKI, A. & STOKES, C. (2006) Eleições e Representação. Lua Nova, s/v (67), pp. 105-138. DOI: /10.1590/S0102-64452006000200005

MANDATA Bancada feminista. Disponível em:

<https://bancadafeministapsol.com.br/mandata/>. Acesso em 26 ago. 2023.

MARPOR: Lehmann, Pola / Burst, Tobias / Matthieß, Theres / Regel, Sven / Volkens, Andrea/ Weßels, Bernhard / Zehnter, Lisa (2022): The Manifesto Data Collection. Manifesto Project (MRG / CMP / MARPOR). Version 2022a. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB). <https://doi.org/10.25522/manifesto.mpds.2022a>

SALLES, Nara, GUARNIERI, Fernando. (2019) Estratégia eleitoral nos municípios brasileiros: componente programático e alinhamento partidário. Revista Sociologia e Política, v. 27, n. 72, pp 1-22.

SAMPAIO, Rafael, LYCARIÃO, Diógenes. (2018) Eu Quero Acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. Revista de Sociologia e Política, v. 26, nº 66, pp 31- 47.

SEGURADO, Rosemary; CHAIA, Vera; CHICARINO, Tathiana. Mandato coletivo: a candidatura da Bancada Ativista nas eleições de São Paulo (2018). In: MASSUCHIN, M.G.; CERVI, E.U.; CAVASSANA, F.; TAVARES, C.Q. (Org.). Comunicação e política: interfaces em esferas regionais. São Luís: EDUFMA, 2019.

SILVA, W., SECCHI, L. E CAVALHEIRO, R. (2021) Mandatos Coletivos e compartilhados no Brasil: Análise descritiva de inovações democráticas no poder legislativo. Revista Debates: Porto Alegre, v.15, n.1, pp. 168 – 190.

TROTTA, Laura C., (2020) Participação social e pluralidade: mandatos coletivos como nova forma de fazer política. VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas, pp. 1293-1315.

YOUNG, Iris M., (2006) Representação Política, identidade e minorias. Lua Nova, São Paulo, pp. 67: 263 – 269.

## APÊNDICE

Para a realização desta pesquisa foi necessário construir um banco de dados com todas as postagens referentes a promessas de campanha da Bancada Feminista feitas entre 27/03 e 12/13 de 2020. O primeiro link dá acesso a um documento com os endereços eletrônicos para postagens, sites, manifestos e páginas pessoais das candidatas no facebook.

Disponível em:

[https://docs.google.com/document/d/1nxAXy4M6y3Hu1mf86xU6\\_jS64n1bmioeOGAXog6q2Bs/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1nxAXy4M6y3Hu1mf86xU6_jS64n1bmioeOGAXog6q2Bs/edit?usp=sharing). Acesso em: 26 ago. 2023.

O segundo e terceiro link são do banco de dados construído a partir dos dados coletados.

Banco de dados referente a promessas verificáveis e leis disponível em:

[https://docs.google.com/spreadsheets/d/10OKWRTRisazph4xj9NNNoXVgNM6j\\_kF32-InPfpVB1UE/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/spreadsheets/d/10OKWRTRisazph4xj9NNNoXVgNM6j_kF32-InPfpVB1UE/edit?usp=sharing) Acesso em: 11/11/2023

Banco de dados comparativo entre promessas verificáveis, retóricas e leis disponível em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1hxJVKg2bmKDHe-TDhikk-6pC16xZ7yPqiA7S3ILzHzM/edit?usp=sharing> Acesso em: 11/11/2023

Tabela 1- Resumo dos dados:

<b>Código</b>	<b>Quantidade de promessas</b>	<b>Foi cumprida integralmente</b>	<b>Foi cumprida parcialmente</b>	<b>Não foi cumprida</b>	<b>Porcentagem das que foram cumpridas</b>
per201	9	2	1	6	33,33
per202	16	4	3	4	43,75
per203	2		2		100
per303	8	1	2	5	37,5
per304	8	1	4	2	62,5
per305	2		2		100
per305_5	1	1			100
per402	4	1		3	25
per403	2			2	0
per404	1			1	0
per406	1			1	0
per409	6		1	5	16,66
per411	14		3	10	21,42
per412	1			1	0
per413	2	1	1		100
per4121	2	2			100
per4132	7	3	1	2	57,14
per501	33	11	4	18	45,45
per502	35	2	7	26	25,71
per503	58	16	15	26	53,44
per504	73	24	23	27	64,38
per5041	1			1	0
per506	28	7	4	15	18,96
per602_2	2			2	0
per604	9	2	4	3	66,66
per605	2			1	0
per605_1	1			1	0
per605_2	9		5	4	55,55
per606_2	1				0
per607	11		2	9	18,18
per607_3	3			3	0
per701	21	4	5	8	42,85
per703	5	1	1	3	40
per705	29	4	3	22	24,13
per706	9	4	4	1	88,88
<b>Total</b>	<b>416</b>	<b>91</b>	<b>97</b>	<b>212</b>	<b>45,19</b>
<b>Média</b>	<b>11,88571429</b>	<b>4,789473684</b>	<b>4,409090909</b>	<b>7,310344828</b>	<b>38,51888889</b>
<b>Média ponderada</b>					<b>43,81980769</b>



## ANEXO 1

Imagens do teste de confiabilidade obtidas do site <http://dfreelon.org/utis/recalfront/recal-oir/>:

Imagem 2: Teste de confiabilidade referente a codificação de promessas usando o MARPOR como livro de códigos.

Congratulations! Your file has passed a basic error-check and is probably OK. But please doublecheck it if the output below seems off.

**ReCal for Ordinal, Interval, and Ratio-Level Data**  
results for file "Teste confiabilidade - Promessas análise.csv"

File size:	463 bytes
N coders:	2
N cases:	50
N decisions:	100

**Krippendorff's alpha (nominal)** 0.935

Select another CSV file for reliability calculation below:

Nominal    Ordinal    Interval    Ratio

No file selected.  

Save results history ([what's this?](#))

Disclaimer: This application is provided for educational purposes only. Its author assumes no responsibility for the accuracy of the results above. You are advised to verify all reliability figures with an independent authority (e.g. a calculator) before incorporating them into any publication or presentation. If you have any questions, comments, or suggestions regarding ReCal, please send them to [deen at dfreelon dot org](mailto:deen@dfreelon.org).

If you found ReCal useful, please consider [leaving a comment](#). Any and all feedback is appreciated.

Imagem 3: Teste de confiabilidade referente a codificação das leis usando o MARPOR como livro de códigos.

Congratulations! Your file has passed a basic error-check and is probably OK. But please doublecheck it if the output below seems off.

**ReCal for Ordinal, Interval, and Ratio-Level Data**  
results for file "Teste confiabilidade - Leis análise.csv"

File size:	435 bytes
N coders:	2
N cases:	50
N decisions:	100

**Krippendorff's alpha (nominal)** 0.956

Select another CSV file for reliability calculation below:

Nominal    Ordinal    Interval    Ratio

No file selected.  

Save results history ([what's this?](#))

Disclaimer: This application is provided for educational purposes only. Its author assumes no responsibility for the accuracy of the results above. You are advised to verify all reliability figures with an independent authority (e.g. a calculator) before incorporating them into any publication or presentation. If you have any questions, comments, or suggestions regarding ReCal, please send them to [deen at dfreelon dot org](mailto:deen@dfreelon.org).

If you found ReCal useful, please consider [leaving a comment](#). Any and all feedback is appreciated.

Imagem 4: Teste de confiabilidade referente a separação entre promessas retóricas e verificáveis.

Congratulations! Your file has passed a basic error-check and is probably OK. But please doublecheck it if the output below seems off.

**ReCal for Ordinal, Interval, and Ratio-Level Data**  
results for file "Teste confiabilidade - Retórica e verificável análise.csv"

File size: 248 bytes  
N coders: 2  
N cases: 50  
N decisions: 100

Krippendorff's alpha (nominal) 0.94

Select another CSV file for reliability calculation below.

Nominal  Ordinal  Interval  Ratio

Browse... No file selected. Calculate Reliability

Save results history ([what's this?](#))

Disclaimer: This application is provided for educational purposes only. Its author assumes no responsibility for the accuracy of the results above. You are advised to verify all reliability figures with an independent authority (e.g. a calculator) before incorporating them into any publication or presentation. If you have any questions, comments, or suggestions regarding ReCal, please send them to [deen at dfreeon dot org](mailto:deen@dfreeon dot org).

If you found ReCal useful, please consider [leaving a comment](#). Any and all feedback is appreciated.

## ANEXO 2

Lista de códigos utilizados na pesquisa e tradução:

per 201: Direitos Humanos e Liberdade

per202: Democracia

per301: Descentralização

per303: Eficiência governamental e administrativa

per 305\_5: Justiça de transição: contra elites da era pré democrática

per4121: A favor da propriedade pública

per 413: A favor da estatização

per 501: Proteção ambiental

per 502: Cultura

per503: A favor da equidade

per504: Expansão do estado de bem-estar social

per506: A favor da educação

per604: Contra a moralidade tradicional

per605: A favor da lei e da ordem (segurança pública)

per6061: Identificação de crise geral

per701: A favor dos trabalhadores

per703: A favor da agricultura e dos trabalhadores rurais

per705: Grupos vulneráveis

per706: Minorias